

# Demonstrações financeiras 2016

## Instituto Natura

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e membros do Conselho de Administração  
Instituto Natura  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Natura ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (negativo) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Natura, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expres-

sarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2016

### ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

### Drayton Teixeira de Melo

Contador CRC-1SP236947/O-3

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativos	Nota explicativa	2016	2015
<b>Circulantes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.069	2.007
Outros ativos		19	26
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>2.088</b>	<b>2.033</b>
<b>Não circulantes</b>			
Imobilizado	5	122	193
Intangível		1	1
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>123</b>	<b>194</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>2.211</b>	<b>2.227</b>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido (negativo) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Patrimônio líquido (negativo) Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>1.484</b>	<b>1.640</b>	<b>3.124</b>
Déficit do exercício	-	-	(3.137)	(3.137)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>1.484</b>	<b>(1.497)</b>	<b>(13)</b>
Fundo patrimonial	9.a	(492)	-	(492)
Déficit do exercício	9.b	-	(391)	(391)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>992</b>	<b>(1.888)</b>	<b>(896)</b>

**Demonstrações dos resultados abrangentes para exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)**

	2016	2015
Déficit do exercício	(391)	(3.137)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(391)</b>	<b>(3.137)</b>

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2016	2015
<b>Circulantes</b>			
Fornecedores e provisões	6	865	636
Obrigações trabalhistas	7	1.570	1.059
Obrigações tributárias		202	204
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>2.637</b>	<b>1.899</b>
<b>Não circulantes</b>			
Provisão para contingências	8	470	341
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>470</b>	<b>341</b>
<b>Patrimônio líquido (negativo)</b>			
Patrimônio social	9.a	992	1.484
(Déficit) Superávit acumulado	9.b	(1.888)	(1.497)
<b>Total do patrimônio líquido (negativo)</b>		<b>(896)</b>	<b>(13)</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido (negativo)</b>		<b>2.211</b>	<b>2.227</b>

**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	2016	2015
<b>Receitas sociais</b>	<b>10</b>	<b>28.180</b>	<b>24.953</b>
<b>Despesas sociais</b>			
Com pessoal	11	(6.433)	(4.116)
Gerais e administrativas	11	(1.827)	(1.494)
Com projetos	11	(20.473)	(22.797)
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<b>(553)</b>	<b>(3.454)</b>
Receitas financeiras	12	213	367
Despesas financeiras	12	(51)	(50)
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(391)</b>	<b>(3.137)</b>

**Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)**

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Déficit do exercício	(391)	(3.137)
<b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</b>		
Depreciações	43	80
Resultado na baixa de ativo imobilizado	28	-
Provisão para contingências	129	41
<b>Aumento (redução) dos ativos e passivos</b>		
Outros ativos	7	1
Fornecedores e provisões	229	(294)
Obrigações trabalhistas	511	181
Obrigações tributárias	(2)	84
Outros passivos	-	(1)
<b>Caixa aplicado nas atividades sociais</b>	<b>554</b>	<b>(3.045)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento do fundo patrimonial	(492)	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>(492)</b>	<b>-</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>62</b>	<b>(3.045)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	2.007	5.052
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	2.069	2.007
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>62</b>	<b>(3.045)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

**1. Informações gerais**

O Instituto Natura, doravante denominado simplesmente "Instituto", é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, com prazo de duração indeterminado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjunto 171, Condomínio Edifício Faria Lima, e tem por objeto social a transformação da sociedade, focando a promoção da qualidade de vida em suas diferentes dimensões, com ênfase na educação, na ampliação das liberdades, na democratização do acesso à informação, no aprofundamento da justiça social e na sustentabilidade.

**2. Resumo das principais práticas contábeis**

**2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras do Instituto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução 1.409/12.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e de apresentação do Instituto. A instituição adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

A administração avaliou a capacidade do Instituto em continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios do Instituto.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

**2.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que

estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**2.3. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas para redução no valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

**2.4. Fornecedores**

Reconhecidos pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

**2.5. Provisões para contingências**

As provisões para contingências são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

**2.6. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

**2.7. Apuração do superávit /déficit – Receitas e despesas**

As receitas oriundas de doações são registradas mediante a documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Não há previsão para devolução das doações ao doador. Adicionalmente, a administração do Instituto possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

As despesas com doação são registradas no momento em que os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso

contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa. Para alguns projetos, esses compromissos são assumidos de maneira parcial, a partir das respectivas prestações de contas dos parceiros para cada fase do projeto.

**3. Estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e bancos	40	736
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	2.029	1.271
	<b>2.069</b>	<b>2.007</b>

Em 31 de dezembro de 2016, os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados em média por 75% do CDI (98,5% em 2015). A administração do Instituto tem como política o investimento do excedente de caixa em aplicações financeiras de renda fixa em bancos de primeira linha.

<b>5. Imobilizado</b>	<b>Taxa média ponderada anual de depreciação - %</b>	<b>2015</b>	<b>Adições Baixas</b>	<b>2016</b>
Valor de custo				
Benefitórias em propriedade de terceiros	15	214	-	214
Móveis e utensílios	7	236	(50)	186
Equipamentos de informática	18	91	-	91
<b>Total custo</b>		<b>541</b>	<b>(50)</b>	<b>491</b>
Depreciação				
Benefitórias em propriedade de terceiros	15	(189)	(9)	(198)
Móveis e utensílios	7	(98)	(21)	(119)
Equipamentos de informática	18	(61)	(13)	(74)
<b>Total depreciação</b>		<b>(348)</b>	<b>(43)</b>	<b>(391)</b>
<b>Total geral</b>		<b>193</b>	<b>(43)</b>	<b>122</b>

<b>6. Fornecedores e provisões</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fornecedores internacionais	19	-
Fornecedores nacionais	242	134
Provisões de contas a pagar	604	502
	<b>865</b>	<b>636</b>

<b>7. Obrigações trabalhistas</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Salários a pagar	673	448
Encargos sociais sobre folha	389	272
Provisão para férias e encargos	508	339
	<b>1.570</b>	<b>1.059</b>

8. Provisão para contingências	2016	2015
Riscos trabalhistas	470	341
	<b>470</b>	<b>341</b>

As provisões são revisadas periodicamente com base no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

	2015	Adições	Atualização monetária	2016
Risco trabalhista total provisionado	341	96	33	470

### 9. Patrimônio líquido (negativo)

#### a) Patrimônio social

O fundo patrimonial é formado por 10% do valor de doações recebidas das associadas patrocinadoras, quando estas não forem destinadas a projetos específicos. Visa garantir a sustentabilidade e a perpetuação do patrimônio e objeto social do Instituto Natura. A utilização do fundo patrimonial é aprovada, quando necessário, em assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2016, o total acumulado de destinações ao fundo patrimonial, classificado como patrimônio social era de R\$ 992 (R\$ 1.484 em 2015).

#### b) Superávit (déficit) acumulado

Em 31 de dezembro de 2016, o déficit acumulado era de R\$ (1.888). (Déficit de R\$ (1.497), em 2015.)

10. Receita por doações	2016	2015
Doações Natura Cosméticos S.A. <sup>(1)</sup>	2.288	2.197
Doações Crer Para Ver <sup>(2)</sup>	23.500	20.268
Outras doações <sup>(3)</sup>	2.392	2.488
	<b>28.180</b>	<b>24.953</b>

(1) Doação associada à mantenedora Natura Cosméticos S.A., que poderá destinar, anualmente, até 0,5% de seu lucro líquido.

(2) Doação associada ao resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver.

(3) Doações recebidas de outros institutos e fundações, para destinação em projetos coordenados pelo Instituto Natura e reconhecimento ao valor justo da receita referente à remuneração do trabalho voluntário dos integrantes do Conselho de Administração.

11. Despesas operacionais	2016	2015
<b>Com pessoal</b>		
Salários	4.666	2.903
Encargos	1.468	986
Benefícios	299	227
<b>Total</b>	<b>6.433</b>	<b>4.116</b>
<b>Gerais e administrativas</b>		
Manutenção e conservação	164	102
Consultorias e serviços administrativos	453	466
Aluguel	521	499
Comunicação e vídeos	179	62
Viagens	86	82
Amortizações	43	79
Sindicatos	49	38
Outras	332	166
<b>Total</b>	<b>1.827</b>	<b>1.494</b>
<b>Projetos</b>	<b>20.473</b>	<b>22.797</b>

12. Receitas /despesas financeiras	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros com aplicações financeiras	213	367
Encargos	<b>213</b>	<b>367</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Outras despesas financeiras	51	50
	<b>51</b>	<b>50</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>162</b>	<b>317</b>

### 13. Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros em que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

### 14. Eventos subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2017 o Instituto recebeu doação no montante total de R\$ 6.000 da Natura Cosméticos S.A., sua principal mantenedora, revertendo assim a situação de patrimônio líquido negativo apresentada em 31 de dezembro de 2016.

### 15. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração do Instituto em reunião realizada no dia 6 de abril de 2017.